



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 3



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 3

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M587	<p>As metas preconizadas para a educação e a pesquisa integrada às práticas atuais 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-91-1 DOI 10.22533/at.ed.911201304</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Toda cultura científica deve começar por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir. (Gaston Bachelard).

A pesquisa integrada às práticas atuais é um fenômeno que, inegavelmente, converge para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente instrucionistas e burocratizados, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente deve ir muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pesquisa de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma posição ambígua, pois, de um lado, ele é supervalorizado, muito embora de forma equivocada, já que a instrução tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto a pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino, essa querela atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor programado para 'dar' aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. Estas vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo, tal como formulado

A pesquisa vem sendo, cada vez mais, foco de discussões em diversos contextos educativos, em diferentes campos do conhecimento. Na área da educação, apresentam-se argumentos que discutem a pesquisa enquanto dispositivo para um desenvolvimento imaginativo que incentiva e possibilita reflexões, tomadas de decisões, resoluções de problemas e julgamentos que valorizam o aluno enquanto protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. Pensar sobre a pesquisa na educação implica considerar diferentes aspectos, envolvendo questões sociais, culturais, psicológicas, antropológicas, históricas e políticas nas mais diversas dimensões da vida. A pesquisa vem sendo compreendida como uma demanda social, principalmente no que se refere aos processos de aprendizagem. É importante perceber como a pesquisa é relevante para todos os aspectos da aprendizagem. Esses argumentos repercutem no âmbito educacional, à medida que se compreende a importância de que os estudantes tenham a oportunidade de se posicionar diante de situações com autonomia, tomando decisões e construindo

suas identidades, incertezas, complexidades, progressos e mudanças e isto vêm gerando desafios e problemáticas imprevisíveis, requerendo soluções criativas. Nesse sentido, a educação, de modo geral, deveria acompanhar essas mudanças e desafios da atualidade. Os trabalhos destacam a relevância das pesquisas a importância das práticas criativas nos processos de ensino e aprendizagem, o incremento dessas práticas em diferentes contextos educacionais. É importante destacar que, as pesquisas são utilizadas de forma distinta para definir os campos teórico-conceituais e da prática educativa. Desse modo, a pesquisa se refere ao estudo das teorias, conceitos e definições. É evidente que a importância da pesquisa, a problematização nos tempos atuais, enfatizando a essência do diálogo, que consiste na ação e na reflexão do conhecimento do homem frente à realidade do mundo, interpretando-o, tendo em vista a possibilidade de se vislumbrar um mundo bem.

Por fim não apenas recomendo a leitura dos textos do e-book “As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais” e dos 97 artigos divididos em 04 volumes, mais do que isso, sugiro o estudo efetivo a fim de mobilizar nossas mentes a promover o debate ainda mais acirrado diante da conjuntura política dos tempos atuais, a fim de fortalecer o movimento cotidiano.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EXPERIÊNCIA COM JOGOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO USO DE RECURSOS LÚDICOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR	
Natielly de Almeida Santiago Rebeca Talia Ximenes Parente Maria José Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.9112013041	
CAPÍTULO 2	8
IMPLICAÇÕES DA MATERNIDADE ADOLESCENTE: UM ESTUDO ESTATÍSTICO SOBRE O (IN) SUCESSO ESCOLAR	
José Edilson Gonçalves dos Santos Maria Fernanda Sousa Oliveira Elias Inácio Chavier Neto Maria Débora Maciel Nunes Dávila Damasceno de Macedo Pereira Josefa Maria da Silva Cícera Maria de Brito Roberta Maria Arrais Benício	
DOI 10.22533/at.ed.9112013042	
CAPÍTULO 3	14
FATORES DA APRENDIZAGEM QUE CONTRIBUEM PARA O MELHORAMENTO DO AÇAÍ	
Luis Fernando Pires Pinto Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9112013043	
CAPÍTULO 4	29
INCLUSÃO, CIDADANIA E HOMOSSEXUALIDADE: IMPLICAÇÕES E PERCEPÇÕES NAS CLASSES DA EJA	
Yara da Paixão Ferreira Sônia Vieira de Souza Bispo Nildélia Souza Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9112013044	
CAPÍTULO 5	40
INTELIGÊNCIA COLETIVA – ESTUDO COLABORATIVO NO ENSINO DA ARTE EM GRUPO DE APOIO AO PACIENTE ONCOLÓGICO	
Genilda Alves Nascimento Melo Célia Jesus dos Santos Silva Andreia Quinto dos Santos Silvana Ramos da Silva Carlos Alexandre Lima Reis Geisa Alves Ribeiro Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.9112013045	
CAPÍTULO 6	48
LETRAMENTO DIGITAL: USO DAS TECNOLOGIAS NO COTIDIANO DOS ALUNOS DA EJA	
Emilaine Rose dos Santos Misael de Oliveira Lins	

CAPÍTULO 7 56

O PROCESSO DE ACOLHIMENTO E DE SOCIALIZAÇÃO EM UMA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL NA CIDADE DE QUIXADÁ

[Benjamim Machado de Oliveira Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013047

CAPÍTULO 8 68

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO ADULTO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS PARA O TRABALHO DOS PROFESSORES

[Mariana de Vasconcelos Neves](#)

[Mariana Lira Ibiapina](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013048

CAPÍTULO 9 79

O PROFESSOR DE MATEMÁTICA COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO ENTRE ALUNOS E O SABER MATEMÁTICO

[Jonathas Oliveira Braga](#)

[Evando Brito da Silva](#)

[Iranilde Oliveira de Farias](#)

[Amaya de Oliveira Santos](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013049

CAPÍTULO 10 87

O QUE NOS MOVE? A FORMAÇÃO INICIAL/CONTINUADA DE PROFESSORAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

[Luciana Ribeiro Alves Vieira](#)

[Yara Fonseca de Oliveira e Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130410

CAPÍTULO 11 98

O USO DO *SMARTPHONE* EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA EM TURMAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

[Justina Oliveira Neta](#)

[José Raimundo Carneiro Santos](#)

[Jocenildes Santos Zacarias](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130411

CAPÍTULO 12 105

O USO DO MATERIAL DOURADO, A MULTIPLICAÇÃO NOS NÚMEROS RACIONAIS E A TECNOLOGIA COMO INCENTIVADORA NO ENSINO: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA VIVENCIADA POR PIBIDIANOS

[Bruno Ribeiro Luna](#)

[Carlos da Silva Barbosa](#)

[Herlaine Estefani Barros Neris](#)

[Jefferson Henriques Bezerra](#)

[Poliana de Brito Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130412

CAPÍTULO 13 118

POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE EMPOBRECIMENTO. (UBERLÂNDIA/MG - 1990-2002)

[Sérgio Paulo Moraes](#)

CAPÍTULO 14	135
OS PARTIDOS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	
Ludmila Bahia Franco Faria	
Marcio Danelon	
Mauro Sérgio Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.91120130414	
CAPÍTULO 15	148
O LÚDICO E A DIVERSÃO NA APRENDIZAGEM DE INGLÊS NA UNIVERSIDADE	
Nathalia Teresinha Valiati	
Domingos Perego Junior	
André Sandmann	
Katiane de Oliveira Comachio	
Giulia Freire dos Santos	
Vanessa Hlenka	
Guilherme Timbola	
DOI 10.22533/at.ed.91120130415	
CAPÍTULO 16	155
POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO	
Rosiléa Agostinha de Araújo	
Lorena Kelly Alves Pereira	
Geovane Gomes de Araújo	
Glauberto da Silva Quirino	
DOI 10.22533/at.ed.91120130416	
CAPÍTULO 17	167
PROFESSOR DA ESCOLA BÁSICA E A BNCC – PROCESSOS FORMATIVOS OU RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA?	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Célia Jesus dos Santos Silva	
Andreia Quinto dos Santos	
Silvana Ramos da Silva	
Carlos Alexandre Lima Reis	
Geisa Alves Ribeiro Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.91120130417	
CAPÍTULO 18	179
PROFISSÃO E TRABALHO: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA PSICOLOGIA TRANSPESSOAL	
Eliana Braga Garcia de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.91120130418	
CAPÍTULO 19	194
PROJETO JOVEM DE FUTURO: UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA COM DIRETRIZES ESCOLARES PARA AS JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Elsivan Machado Barbosa da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.91120130419	

CAPÍTULO 20	200
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SENSORIAIS NA HORTA ESCOLAR COM ALUNOS ESPECIAIS DA SALA DE RECURSO (AEE) NA ESCOLA MUNICIPAL	
Tanilson Enedino da Silva Fabiana Gomes da Silva Thayz Rodrigues Enedino	
DOI 10.22533/at.ed.91120130420	
CAPÍTULO 21	209
QUAL O RECADO DOS ERROS EM QUESTÕES DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA NO ENEM 2016 PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA?	
Ivone da Silva Salsa Iloneide Carlos de Oliveira Ramos Raquel Basílio Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91120130421	
CAPÍTULO 22	221
PROPRIEDADES DA ÁGUA E OS EVENTOS BIOLÓGICOS: APRENDIZAGEM A PARTIR DO ENSINO DE CIÊNCIAS POR INVESTIGAÇÃO	
Gláudia Martins Balbino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.91120130422	
CAPÍTULO 23	231
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO ELA É AVALIADA POR SEUS PROTAGONISTAS?	
Isabel Cristina de Aguiar Orquiz Jhennife Renniele de Sousa Costa Costa Fabiola de Sousa França França Pollyanna Carvalho Ferreira Ferreira Rosa Mirian de Lima Medeiros Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.91120130423	
CAPÍTULO 24	248
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DE BIOLOGIA: PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA EM SUA FORMAÇÃO DOCENTE, JOÃO PESSOA-PB, BRASIL	
Ana Laura Calazans dos Santos Antonia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa Flávio Vieira Carvalho da Silva Luis Guilherme Teixeira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91120130424	
CAPÍTULO 25	260
REUTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL: RESÍDUOS QUE CONSTROEM	
Victor Rodrigues Silva Vania Mastrorocco Brand	
DOI 10.22533/at.ed.91120130425	
CAPÍTULO 26	267
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL (ETEC) DO INTERIOR DE SÃO PAULO	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Carlos Simão Coury Corrêa Melissa Camilo	

Débora Cristina Machado Cornélio
Dayana Almeida Silva
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Valquiria Nicola Bandeira
Marilurdes Cruz Borges
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.91120130426

SOBRE A ORGANIZADORA.....	308
ÍNDICE REMISSIVO	309

POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE EMPOBRECIMENTO. (UBERLÂNDIA/MG - 1990-2002)

Data de aceite: 27/03/2020

Sérgio Paulo Morais

Professor da graduação e pós-graduação em História (PPGH/INHIS) e dos programas de pós-graduação em Educação (PPGED) e em História (UFU). Coordenador do Grupo de Pesquisa Experiências e Processos Sociais (GPEPS) responsável pelos seguintes projetos: “História Social e História oral: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2016)”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Minas Gerais (FAPEMIG/APQ – 02063-17); “Ensino Formal e Programa Bolsa Escola Federal: experiências, vivências e interpretações de assistidos na cidade de Uberlândia MG”, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), (Cnpq/409878/2018-9) e Edital Fundação de Apoio Universitário (FAU) da Universidade Federal de Uberlândia, (FAU/UFU – Edital 002/2018).

Em cerimônia comemorativa ao primeiro ano do “Brasil Sem Miséria”, Tereza Campelo, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao se dirigir a um seletor público de 150 pessoas, composto por “[movimentos] sociais urbanos e do campo, ONGs, conselhos,

centrais sindicais, confederações patronais e comunidades religiosas”, proferiu:

um em cada quatro brasileiros já é beneficiário do Bolsa Família, mesmo com os recursos do programa consumindo apenas 0,46% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, cada R\$ 1 destinado ao programa retorna à economia como R\$ 1,44 [...]. Ou seja, acaba sendo um investimento, porque você repassa o recurso à família, essa família gasta em alimentação, em material escolar, em remédio e esse dinheiro volta, se multiplica, gera emprego e gera dinâmica, principalmente, nas pequenas cidades do Brasil. Portanto, mais do que um gasto, é um grande investimento que nós estamos fazendo não só para tirar a população da pobreza, mas para o país continuar a crescer ¹

Em relação à localização geografia desses “extremamente pobres” que estão contribuindo para o “crescimento do país”, a Revista Carta Maior creditou à Ministra a seguinte afirmação:

A maioria das famílias (...) [algo em torno de 75%] está em centros urbanos, cerca de 30% delas em cidades acima de 100 mil habitantes, mas também localizamos famílias pobres em florestas nacionais, no nordeste, áreas ribeirinhas, rurais, quilombolas, extrativistas.

1. Tereza Campelo, “Bolsa Família erradica miséria e ajuda Brasil a crescer, diz ministra”, REVISTA CARTA MAIOR, (2012), http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20683 (26/040/2013).

Conseguimos checar num leque muito grande da população. Mas a grande maioria são trabalhadores pobres em centros urbanos. [...] Brasil (...) cheio de empregos. E essa população [gente que faz bico, que tem um trabalho vulnerável] que quer trabalhar melhor, com um salário melhor, não consegue porque não teve a oportunidade de fazer um curso, não recebeu um apoio.²

A positividade frete situação de pobreza de milhões, nos leva, enquanto acadêmicos e participantes de mesma sociedade, a uma série de reflexões. Pretendo neste texto, a partir de uma pesquisa realizada em uma cidade brasileira, Uberlândia (Minas Gerais), abordar algumas dimensões acima indicadas, com a finalidade de melhor entender o processo de atribuição de renda a partir de políticas compensatórias. Para tais reflexões utilizarei entrevistas e fontes de da imprensa local evidenciando condicionantes sociais que estiveram presentes nas trajetórias individuais e que, ao mesmo tempo, indicaram campos comuns e compartilhados a tantos outros trabalhadores viventes no período. Para tanto, retomo debates e tendências que se estabeleceram nos anos iniciais da unificação de diversos programas no que ficou conhecido como “Bolsa Família”.

Tal retorno justifica-se, pois, permite compreender, por um lado, como a figura do pobre (ou trabalhador pobre) beneficiário foi concebida nos anos 1990, em uma conjuntura de arrefecimento de luta contra a miséria e em razão de uma economia que projetava a “criação de hortas familiares, comunitárias e escolares, pomares caseiros, padarias comunitárias, plantio de produtos hortifrutigranjeiros a baixo custo”.³ Além dessas ações ou intenções, valores surgidos por razão do combate à “fome” emergiram e se distanciaram das relações (“naturalizadas”) de compra e venda de mercadorias.⁴

Por outro lado, percebe-se no mesmo período como normas e contrapartidas individualizadas criadas durante a federalização de programas sociais firmaram-se em cidades que não possuíam políticas de rendas ou bolsas, tal como em Uberlândia, em relações de controle e de desconfiança em relação à conduta e aos modos de vida dos considerados pobres.

O intuito e de demonstrar como alguns caminhos e normatizações atravessaram períodos distintos e se cristalizaram no que a Ministra Campelo sintetizou como “crescimento” positivo a partir da participação da pobreza na economia.

1 | EM UBERLÂNDIA, “ÁGUA NO FEIJÃO”.

Para discutir tais dimensões amplas e circunstâncias locais e nacionais em sintonia, inicio com uma situação inusitada, mas pioneira na avaliação, por parte da

2. Tereza Campelo, “Bolsa Família erradica miséria e ajuda Brasil a crescer, diz ministra”, (26/04/2013).

3. Opinião. “Pró-pão e Cidadania”. Jornal Correio. Uberlândia. 29/06/1995, 2.

4. José Henrique Rodrigues Stacciarini, Ação da cidadania contra a fome: identidades, sujeitos sociais e construção da democracia no território brasileiro. (Goiânia. Editora Vieira, 2008), 284-307.

administração pública e instituições agregadas, da quantidade de “necessitados” viventes na cidade de Uberlândia, no princípio dos anos de 1990.

Durante o governo Itamar Franco e no ano em que a Campanha Contra a fome e o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) tomaram corpo, diversas secretarias do governo municipal empreenderam ações para comprar, transportar, empacotar e distribuir cerca de 60 toneladas de feijão que estavam envelhecendo nos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) aos uberlandenses pobres. Tratava-se de uma ação da administração municipal sem vínculo direto com articuladores locais da “Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que colocou em âmbito nacional um substantivo político no universo das discussões sobre ética, fome e cidadania.⁵

Mesmo sem ter correlações entre poder público e comitês “Contra a Fome” a imprensa local, em sintonia com as discussões nacionais, festejou o anúncio e indicou à “gratuidade” do feijão aos “que passavam por necessidade”.⁶

No episódio, o 36º Batalhão de Infantaria Motorizada, sediado na cidade, contribuiu com grande parte de seu efetivo, em conjunto com funcionários da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, para colocar em funcionamento uma complicada e *quase* mal sucedida distribuição de quatro quilos de feijão a cada uma das 15 mil pessoas beneficiadas.⁷

O jornal Correio acompanhou todas as fases do processo de distribuição do “feijão” gratuito, que em breve estaria nas “mesas das donas de casa”:

[...]Sob o sol forte, pessoas (moradoras dos bairros Leão XIII, Carajás, Xangrilá, Pampulha e Lagoinha) de idades variadas (aguardaram) a chegada das autoridades para o início da distribuição. [...] ‘A fome de nossa população está num estado tal, que recebemos informações de fila já formada, em bairros onde o feijão será distribuído somente amanhã’ comentou a Secretária de Trabalho e Ação Social Niza Luz durante os discursos no começo da distribuição ontem pela manhã, no bairro Lagoinha.⁸

O critério da distribuição foi, a princípio, bastante específico: estar desempregado ou receber um salário mínimo e meio.⁹

Após algumas reuniões feitas para balizar interesses de associações de bairros, poder público e religiosos, o perfil para receber o feijão foi alterado para, ao que parece, atender a moradores da periferia da cidade, já que o critério final de escolha baseou-se na apresentação da conta de água, como forma de comprovar o local de moradia.¹⁰

O acontecimento evidenciou certas redes de poderes e intervenção de grupos

5. José Henrique Rodrigues Stacciarini, Ação da cidadania contra a fome, 284-307.

6. Opinião. “Prefeitura distribui feijão grátis”. Jornal Correio. Uberlândia, 23/03/1993, 1.

7. Opinião. “Critérios para a distribuição de feijão já foram acertados”. Jornal Correio. Uberlândia 20/04/1993, 1.

8. Opinião. “Feijão gratuito já está nas panelas das donas-de-casa”. Jornal Correio. Uberlândia. 07/05/1993, 9.

9. Opinião. “Prefeitura distribui feijão grátis”. 23/03/1993, 1.

10. Opinião. “Critérios para a distribuição”. 20/04/1993, 1.

sociais na escolha do público e da forma ritual de entrega do alimento. Vale indicar que os postos de saúde, ainda em 1987, distribuíam cestas básicas (com dezoito quilos de alimentos — arroz, feijão, fubá, leite em pó, além de dois litros de óleo) a gestantes, lactantes ou mães com crianças de até três anos de idade e que possuíam renda familiar inferior a dois salários mínimos, por determinação federal através do Programa de Suplementação Alimentar (PSA), um projeto que visava ao atendimento de “*crianças e nutrisses, na complementação de suas necessidades alimentares*”. *Distribuição de alimentos será no próprio bairro*.¹¹

Os critérios de distribuição do feijão foram mais “subjetivos” do que o que se tinha enquanto distribuição de alimentos às gestantes, pois relevavam o local de moradia e indicavam à periferia da cidade como lugar de pobreza.

Assim que a notícia da distribuição tomou corpo na imprensa (pela segunda e de mais vezes), circulou a informação de que seriam distribuídos 2 quilos de feijão para as 30 mil pessoas e não a proporção anteriormente assinalada, ou seja, 4 quilos para 15 mil beneficiados. Ao Jornal Correio, a Secretária Niza Luz disse: “*o fato da distribuição já estava sendo negociado há meses, só não havia sido divulgado para não causar expectativa na população*”.¹²

Certamente o índice de possíveis beneficiários era incerto na cidade e poderia ser mensurado em função de quantitativos a serem “distribuídos” frente a critérios de distribuição. Em divulgação preliminar do “Mapa da Fome” local, feita pelo Correio, um ano e meio após o episódio do feijão da CONAB, tinha-se a estimativa de que 10% dos moradores encontravam-se em situação de miséria:

[...] aproximadamente 45% dos moradores de 27 bairros periféricos da cidade vivem na miséria absoluta. Desse total de miseráveis, 80% são de Uberlândia, 17% da região do Triângulo e Alto Paranaíba e apenas 3% são de outros estados e de outras regiões. [...] Trabalhando especificamente dados referentes às pessoas entrevistadas que são de fora da cidade a pesquisa procurou saber os motivos que levaram os que se encontram abaixo da linha da pobreza a se mudarem para Uberlândia. O primeiro motivo é a procura de trabalho, em segundo lugar vem em busca por melhores condições de estudo, em seguida a procura por melhor tratamento médico.¹³

O que se pode visualizar com esse exemplo “localizado”? Quais correlações com as dimensões mais ampliadas que fizeram aflorar perspectivas de direitos e valores sociais tais como os indicados anteriormente?

As específicas intenções da administração local neste episódio devem ser ainda melhor investigadas. Mas cabem algumas considerações. Primeiramente, a motivação nacional fez revelar a miséria como uma condição de todo o território nacional.

Em Uberlândia, cidade considerada rica, localizada no Triângulo Mineiro,

11. Opinião. “Distribuição de alimentos será no próprio bairro”. Jornal Primeira Hora. Uberlândia. 15/12/1987, 1.

12. Opinião. “Feijão gratuito já está nas panelas”. 07/05/1993, 9.

13. Ana Guarany. “Miséria atinge 10% da população”. Jornal Correio. Uberlândia. 20/11/1994. 1.

portanto, a iniciativa do poder público assinalava a potência política daquele momento. Entretanto, diferentes segmentos da população organizaram comitês e iniciaram em esfera civil distintas ações contra a miséria descoberta e mensurada naquele período através de um mapa local da fome.

O episódio do feijão centralizou a distribuição na periferia da cidade tão somente pela intervenção de diversos agentes e instituições que disputaram e destituíram o critério de seletividade imposto pela administração. A importância em se distribuir o feijão na periferia de modo “universalizado” estava em indicar a espacialidade urbana enquanto local de existência de pobreza e não somente de “modos de vida” atrasados, ou de desqualificados profissionais que não conseguiam por si arrumar empregos (ou um emprego rentável).

Após o repasse direto de feijão, em 1993, as medidas em relação aos pobres tomaram outras direções, entretanto, é importante assinalar que até a metade daquela década não havia, em Uberlândia, credenciamento e regras para distinguir e determinar o que era pobreza e como ela deveria ser assistida.

As regras seguintes aproximaram os programas do poder público ao tempo de moradia na cidade, à economia de água e luz e, principalmente, a aptidão dos “necessitados” ao trabalho. Entretanto, a conjuntura foi transformada.

2 | PLANO REAL, FHC E PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA.

No Brasil recente convivemos com uma memória pública, fortemente realimentada por diversos meios, que instituiu o “pós-1995”, época de vigorosos combates contra inflação, estabilidade financeira etc., como período de efetivas ações contra a pobreza. Os anos 1992-1994, época em que a discussão estava dissonante ao modelo de desenvolvimento capitalista hoje vigente (e quase inexorável), não encontram espaço, releituras ou mesmo memórias compartilhadas no social.

Esse apagamento não foi produzido pela simples perda de fôlego das campanhas ou mesmo pelo desinteresse social sobre o tema, mas decorreu de ações concretas que permitiram a expansão do [e a fé no] mercado como meio de resolução dos problemas sociais brasileiros.

Vera Telles tratou a recomposição dos atributos do governo federal “pós-1995”, em relação aos pobres, como política de “desmanche” de direitos. Notou a autora que estava em jogo “a erosão das mediações – reais e simbólicas – pelas quais a reivindicações por direitos pode ser formulada e ganhar visibilidade pública como questão que diz respeito às regras da vida em sociedade”.¹⁴

14. Vera da Silva Telles, “A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade”. Caderno CRH, VOL: 1, Nº 30/31 (1999),85-110

No centro das reformas, a moeda Real comemorou dois anos de existência com o aumento da perspectiva de consumo (através do mercado) de alimentos de uma forma geral aumentou 30%. O consumo de massas aumentou 16%, o de bolachas e biscoitos aumentou 30%, o de polpa de tomate aumentou 19%, o de iogurte aumentou 89%, [...] o de frango aumentou 80% e o de ovos aumentou 82%. “Com o Real, 35 milhões de brasileiros entraram para o mercado de consumo”.¹⁵

De modo bastante sutil, aqui apenas indicado, têm-se uma significativa mudança de valores e de temas. A arrecadação, distribuição de alimentos, no enredo das discussões pela ética na política, segurança alimentar e debates sobre o trabalho e emprego, foram abertamente suprimidas pela ascensão da “compra”, do consumo por intermédio de uma “moeda forte”.

Essa recomposição política iniciou-se nos primeiros dias do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) através da dissolução do CONSEA, em janeiro de 1995, e da criação do Programa Comunidade Solidária, estrutura que no âmbito das reformas liberais implementadas a partir daquele ano, “refilantropizou a pobreza no Brasil”.¹⁶

De acordo novamente com Vera Telles:

Questão por si só inquietante pelo que sugere da tradição de um país em que as coisas parecem, nunca, ter continuidade, por conta de uma peculiar lógica política que produz algo como um curto-circuito na dinâmica que vem desde baixo, da sociedade civil. [...] O problema é que essas experiências [localizadas até os anos finais da década de 1990] tenderam a ser privadas de sua potência política e também simbólica no sentido de pautar o debate público e construir uma medida que possa lhes dar envergadura e sentido político para além das suas circunstâncias locais mais imediatas.¹⁷

Na esteira da reestruturação produtiva, privatizações, abertura econômica, criação e circulação por diversas esferas de valores individualizados (tais como auto-estima, criatividade, flexibilização etc.), sepultamento de categorias significativas para as análises da realidade (tais como informalidade, trabalho temporário, etc.), o rompimento das ações nacionais do que antes estava estabelecido na temática da miséria, salário mínimo e fome, se pulverizou em ações distintas nos diversos estados e cidades brasileiras.

3 | PRÓ-PÃO VERSUS AÇÃO CIDADANIA:

Em Uberlândia, novamente, enquanto narrativa da imprensa local e práticas do poder público, a fome em relação com a pobreza trilhou vários caminhos. Em 1993, cinco meses após a distribuição do feijão da CONAB, a prefeitura projetava

15. Publicidade. “REAL”. Jornal Correio, Uberlândia, 4/07/1996, 7.

16. Maria Carmelita Yazbek, “A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social”. Cader-nos Abong, VOL:1, Nº 3 (1995), 72-98 .

17. Vera da Silva Telles, “A “nova questão social” (1999), 99.

investir na qualificação do trabalhador e no crescimento da oferta de empregos para fazer frente contra a miséria. Paulo Ferolla [Prefeito advindo do Partido da Frente Liberal, atual Democratas] compartilhava da opinião de que o problema maior da cidade estava localizado na periferia e que, portanto, medidas deveriam ser implementadas para “*melhorar a qualidade de vida e dar atenção especial aos bairros, ao trabalhador, ao povo de modo geral*”.¹⁸

Diferente do projetado e no contexto do que propiciava o governo FHC, em abril de 1995, a prefeitura de Uberlândia, com a finalidade de ajudar os necessitados, lançou o Pró-pão,¹⁹ programa de venda subsidiada de produtos alimentícios e de limpeza que visava atender famílias que comprovassem tempo de residência na cidade, consumissem 15 mil litros de água e 100 KWh de energia elétrica e cujo “chefe” recebesse um salário e meio/mês (questão controversa, pois muitos no governos achavam esse índice ridículo para a cidade, e esperavam que ele fosse ampliado para até 3 salários).²⁰

O programa, a partir de tais exigências, traçou o padrão de pobres que a municipalidade reconheceria a partir de então como pertencentes e preferíveis à Uberlândia.

Entretanto, o projeto sofreu diferentes críticas do que ainda se tinha enquanto articulação da Campanha Contra a Fome. Nesse sentido, a Irmã Elena Kechl, representante da Pastoral da Criança, discordava com o que acreditava ser um aspecto de dependência entre os beneficiários e a Prefeitura. Segundo registrado,

Elena disse que a Pastoral defende o incentivo à implementação de hortas comunitárias ou mesmo de quintais particulares, porque desta forma as próprias famílias participam do processo de produção de seu alimento. ‘Entregar a cesta simplesmente não vai resolver o problema. É preciso ensinar-lhes a produzir. É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe’, disse a religiosa.²¹

A imprensa criou um vínculo residual entre Pró-pão e a “*Campanha do Betinho*”, que não condizia nem com as pretensões da administração pública e muito menos com os membros dos Comitês locais. Tal comparação provavelmente ajudou a difundir uma ideia de distribuição gratuita de alimentos enquanto atitude de contraposição à miséria.

Talvez, a pretensão não tenha sido apenas da imprensa, pois, membros do

18. Opinião. “Só emprego muda “Mapa da Fome”, dizem vereadores”. *Jornal Correio*. Uberlândia . 22/11/1994, 7.

19. Pró-Pão, de acordo com informações da Prefeitura: tratava-se “um programa cujo objetivo é proporcionar às famílias carentes que residem no Município de Uberlândia a possibilidade de adquirir mensalmente uma cesta contendo produtos básicos a preço subsidiado; este subsídio vai até 20% (vinte por cento) do valor da cesta”. (<http://www.uberlândia.mg.gov.br>. 2002).

20. “O Projeto começará a ser implantado no bairro Laranjeiras [...]. A cesta contém 5 quilos de açúcar, 15 quilos de arroz, ½ quilo de café, ½ quilo de farinha de mandioca, 3 quilos de feijão, um saco de fubá, dois de macarrão, 3 latas de óleo de soja, 1 quilo de sal e 5 barras de sabão. O custo estimado para venda aos beneficiados do programa corresponde a 66% do preço de mercado”. Prefeito lança oficialmente o Pró-pão. Opinião. “Pró-pão”. *Jornal Correio*. Uberlândia, 12/04/1995,1.

21. Opinião. “Prefeito lança oficialmente o Pró-pão”. *Jornal Correio*, Uberlândia, 12/04/1995, 1.

comitê local da Campanha contra a Fome tentaram “contribuir” com o processo de criação e implementação do Pró-pão, indicando que até então concepções distintas sobre a pobreza ainda estavam em disputas locais:

[...]‘Queremos estudar e encaminhar sugestões. Reconhecemos o caráter social do projeto, mas acho importante que a comunidade tome conhecimento dele através das entidades que a representam’, justifica. O psicólogo Lourenço Andrade de Almeida, membro do Comitê ‘Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida’, reforçou a proposta original do projeto do prefeito e disse que a comunidade mais miserável é a que precisa ser beneficiada. Ele sugeriu, de imediato, que fossem incluídos no documento um programa de alimentação alternativa e a criação de hortas comunitárias na cidade.²²

As indicações do comitê foram apresentadas na Câmara Municipal através de emendas parlamentares de vereadores de oposição²³, entretanto, foram parlamentarmente derrotas. Por seu turno, membros do Comitê apresentaram cartas abertas e moções contrárias a aprovação, sem modificações, do programa. Em que se pesem os conflitos partidários e políticos, os conflitos se deram, por um lado, por razão de “diferenças de percepção”, ou seja, assistencialismo *versus* condições cidadãos de lutas contra a miséria e pela vida (evidenciadas como criação de hortas comunitárias, de programas de alimentação alternativa, de luta contra a corrupção e outros).

Essas concepções, ainda em 1995, eram significativamente distintas das projeções liberais que toldavam o país. As reivindicações se contornavam mais exatamente em

[...] 1 - ampliação do objetivo do programa, de modo que atenda à educação alimentar, à criação de hortas familiares, comunitárias e escolares, pomares caseiros e padarias comunitárias e de produção de produtos hortifrutigranjeiros a baixo custo; 2- ampliação da participação da sociedade no programa com maior representação de entidades no Conselho de Administração do Programa, criando audiências públicas anuais e nos bairros, para que a população possa participar na fiscalização, elaboração e execução dos mesmos; 3 – a criação de parcerias com governos, universidades, empresas e entidades; 4 - aumento do número de famílias a serem atendidas, melhorando a qualidade dos alimentos e submetendo o programa a um acompanhamento técnico-científico; 5 – garantir a transparência e permitir efetiva fiscalização, de modo a evitar fraudes e corrupção.²⁴

Por parte da prefeitura, os que não conseguiam pagar o Pró-pão tinham o recurso de inscreverem-se no programa de distribuição de cestas da Prefeitura. Entretanto, tratava-se de um donativo bastante concorrido. Em 2003, por exemplo, havia milhares de inscritos que tentavam receber uma das 350 cestas distribuídas mensalmente. No bairro Morada Nova, considerado periferia, 450 famílias haviam **feito a inscrição**, mas, somente 105 delas foram tidas como suficientemente pobres

22. Opinião. “Cidadania pede a discussão do Pró-pão”. Jornal Correio, Uberlândia. 11/05/1995, 9.

23. “As sugestões do Comitê foram apresentadas à Câmara sob a forma de emendas subscritas por oito vereadores, tramitaram pelas comissões e não foram aprovadas, conseguindo voto de apenas seis vereadores: Aniceto Ferreira (PT), Liza Prado (PCdoB), Onofre Oliveira (PSDB), Bauer Dias (PMDB), Geraldo Jabbur (PPR) e, em parte, Geraldo Magela (PMDB)”. Opinião. “Pró-pão e Cidadania”. Jornal Correio, Uberlândia, 29/06/1995, 2.

24. Opinião. “Pró-pão e Cidadania”, 29/06/1995, 2.

para merecerem o donativo.²⁵

Nesta ambiência, a compra do Pró-pão seria mais um elemento nos parâmetros estabelecidos pelo poder público para normatizar e qualificar uma pobreza aceitável, digna de atendimento. Os qualificados deveriam se comprometer com as regras e relutar para não cair na condição de carentes.

Neste último aspecto, o Pró-pão indicou componentes que seriam observados em futuras ações do poder público em relação às regras a serem observadas quando os cadastros nacionais²⁶ ficaram sob a responsabilidade de conselhos municipais de controle sobre os programas.

4 | REGRAS, EXPERIÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS.

Significativas transformações modificaram, em um curtíssimo espaço de tempo, as relações entre poderes e sociedade no que dizia respeito à pobreza. Entretanto, ações subjacentes em bairros, escolas, instituições culturais, conselhos municipais e em outras instâncias, colocaram em movimento práticas que levaram junto com os programas sociais “ensinamentos” e regras que permitiriam o acesso ou o bloqueio às bolsas e a demais benefícios, situações que modularam referenciais a serem observadas em programas posteriores.

De modo absolutamente calcado em situações específicas, um conjunto de regras e condicionantes, além das dispostas nas observações relativas à renda familiar, tempo de moradia e etc., que acompanharam, por exemplo, a implementação do programa Bolsa Escola Federal na cidade de Uberlândia.

O importante na aplicação do Projeto no município é o acompanhamento do aluno[...]. De acordo com Camila Coimbra, responsável pelo Bolsa Escola Federal na cidade de Uberlândia, “não adianta apenas colocar o aluno na escola. Precisa ter um acompanhamento para identificar o que ele precisa melhorar. Também não queremos apenas a formação profissionalizante, por isso o projeto é voltado para a ética e a cidadania. Mas necessitamos de parceiros, pois não queremos parar nos 30 estudantes”, declarou.²⁷

O “Bolsa Escola” como já bastante difundido primava pela permanência da criança na instituição escolar.²⁸ Porém, outras situações foram observadas. Além dos critérios e da ação do poder público, o Programa contou com parcerias locais.

Basicamente a intercessão entre poder público e sociedade civil ocorria por meio de Organizações Não Governamentais (ONG). No ano de 2006, entrevistei a

25. No ano posterior, o quantitativo de distribuição de cestas de Prefeitura saltou para 9.000, Opinião. “Cestas Básicas”. *Jornal Correio, Uberlândia, 20/03/2004, A7*

26. Tais como o cadastro de crianças no programa Bolsa Escola e o cadastro Único de Programas Sociais (de acordo com Decreto nº 3.877), ambos em 2001. Renata Mirandola Bichir, “Analisando a porta de entrada aos programas de transferência de renda: São Paulo e Salvador”. *Análise & Dados, VOL: 19, Nº 1 (2010), 993-1008.*

27. Opinião. “Bolsa-Escola”, *Jornal Correio, Uberlândia, 04/05/2002, B2*

28. Lena Lavinhas e Maria Ligia de Oliveira Barbosa. “Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife”. *Dados, Revista de Ciências Sociais, VOL.43, Nº 3, (2000), 447-477.*

responsável pelo programa Bolsa Escola em Uberlândia. Na ocasião Camila Coimbra indicou o modo como ocorriam interações entre o programa Bolsa Escola, os parceiros da sociedade civil e os beneficiados. A entrevistada, atribuindo responsabilidades e orientações às famílias, para além das ações de ensino-aprendizagem, referiu-se à “formação e informação” ocorridas em recorrentes encontros.

A gente então chamava de oficinas informativas e formativas, porque ao mesmo tempo em que a gente ia com estas oficinas para informar o que era o programa, a gente buscava fazer alguma formação do responsável, do pai. O que mais eles queriam saber era sobre como educar os filhos. Como dar limites? Eles tinham muitas dificuldades em lidar com os filhos. Isso foi muito interessante, muito. Aí a gente foi atrás de voluntários, de psicólogos voluntários, gente que poderia falar sobre isso com os pais, e tal. Fomos atrás dos amigos, para fazer isso nas próprias escolas. Nós fizemos um cronograma e conseguimos atender a todas as escolas. Se não me engano, talvez tenhamos falhado em uma, ou duas (ou em um pouco mais)...²⁹

A ONG “Fundação Consciência e Arte”, por exemplo, participava do processo de formação dos filhos dos pobres. O representante da “Fundação”, Élson Felice (ex-representante da Central Única dos Trabalhadores, em Uberlândia, e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores local) foi o responsável por implantar o projeto “Adolescente Aprendiz”, que visava capacitar alunos beneficiados com a bolsa pela frequência na escola para exercer atividades no mercado de trabalho.

Este modo de compreender a função do ensino na vida dos pobres tinha por sua vez um referencial bastante antigo na cidade, que antecederiam, por ocorrer nos anos 1980, a Campanha Contra Fome e as ações provenientes do movimento “Fora-Collor” ou da “Ação Cidadania”. Refiro-me às “Unidades” de atendimento e orientação de “menores”, que “educavam” através do “trabalho” (UOMENS).³⁰

O ensino do trabalho nas Unidades de Orientação, ou nas instituições particulares, e de atividades que eram constantes na vida da família destes meninos e meninas, possuía elementos de coerção, de regras e de valores que tentavam de alguma maneira reorganizar a vida dos filhos e dos próprios pais na cidade. O esforço para educar os “menores” era contínuo. Tudo parecia necessário ensinar: limpeza do corpo e da casa; maneiras de tratar os filhos e os patrões; modos de cuidar de crianças; plantar; fazer salgados, pães de queijo, bolos, artesanato, portas, cadeiras, farinha, tijolos a partir da orientação de pedagogos e psicólogos; onde e como morar; como cuidar da higiene; como gastar dinheiro; entre outros.³¹

Além da ONG “Fundação Consciência e Arte”, a comissão que iniciou e desenvolveu parte do programa Bolsa Escola na cidade contou com outras parcerias. Para a realização de “oficinas” com as famílias dos bolsistas e auxiliá-los na educação dos filhos, entre diversos assuntos, foram convidados, entre outros, a ONG “Reação: Organização Brasileira Contra a Violência”.

Criada a partir do brutal assassinato de dois jovens de classe-média, ocorrido

29. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 29 de março de 2006.

30. Sérgio Paulo Morais. *Incluídos? Pobreza e políticas compensatórias em um Brasil rico*. Saarbrücken (Editorial Académica Española, 2012), 57-62

31. Sérgio Paulo Morais. *Incluídos? Pobreza e políticas*, 61.

após a segunda metade da década de 1990, aquela ONG conseguiu uma ampla divulgação local e nacional, agiu no “combate” à violência e ao crime na cidade de Uberlândia. Após confeccionar o “Mapa da Violência” organizou formas de intervenção nas comunidades periféricas através de “apoio psicológico, cursos profissionalizantes, noções de higiene e nutrição”, etc., a fim de intervir nos números de assaltos, furtos, uso de drogas. Além disso, agiu em Brasília a favor da redução da idade para atribuição de pena para crimes efetuados por menores de idade.³²

Ainda de acordo com a responsável pelo Programa Bolsa Escola:

Eles tinham este projeto de discutir a questão da paz, da não-violência na escola, na sociedade de modo geral, então eles resolveram fazer isso nas escolas. Eles vieram, [...] fizemos algumas oficinas com eles por aí, eles também tinham voluntários que trabalhavam para eles. Foram psiquiatras para falar como lidar com o uso da droga, sobre o alcoolismo, enfim, foram vários temas e foram em cada região desenvolver esta temática.³³

Em 2004, por intermédio da mesma pesquisa que me levou a contatar a responsável pelo Programa Bolsa Escola em Uberlândia, entrevistei diversas mães e familiares de crianças beneficiadas. As temáticas postas nas “informações e formações” pelas ONGs surgiram e foram avaliadas de diferentes modos. A entrevistada J. A., mãe de um aluno bolsista, apresentava as seguintes interpretações sobre as reuniões e oficinas.

J.A.: - Eu participo, todas as vezes que tem, sempre participo. Eu nunca deixo de assinar o papel, né... é importante a lista de presença... mostrar que a gente foi... e... aí eu sempre assino. Eles falam sobre o negócio de não deixar o menino faltar na escola... é que... a pessoa que precisa bastante então... é... o negócio que é pouco... mas ajuda um pouquinho, negócio do material escola, a criança tem que ir sempre limpinha... bem cuidadinha, com higiene e tudo... é sobre isso que eles explica. [...] mas o que me marcou foi o negócio da violência que a advogada veio e falou, né. A advogada, detetive, falou que briga de marido e mulher os vizinhos têm que meter a colher sim, porque tem que denunciar o agressor. E eu acho assim, que tem muito homem que tanto agride a criança como agride a mulher dentro de casa, então o que mais me marcou foi aquilo. Eu achei muito bom que eu não sabia, nem eu sabia, que... a gente podia denunciar, por exemplo: um... um agressor, alguma pessoa que faz alguma coisa pra gente. Aqui tem parceria com advogada e tudo...com a polícia, né.³⁴

A narrativa mostrava que a compreensão da violência era de uma forma mais nucleada, e até mesmo mais familiar, do que a concepção da ONG Reação, a qual, de acordo com as evidências, esperava combatê-la em um âmbito mais ampliado através da presença de psiquiatras.

Estas dissintonias, entretanto, não criaram distanciamentos ou oscilações entre a concepção de J. A. sobre a importância das reuniões e as dinâmicas as

32. Os documentos elaborados pela organização, de acordo com o Jornal Correio: subsidiaram diversas ações da polícia militar e fizeram com que operações como “*Feixa Batalhão*” tomassem as ruas dos bairros “problemáticos” da cidade, indicando que a periferia e o crime andavam juntos. Entre eles: Opinião. “ONG Reação quer reduzir a maioria penal”. Jornal Correio, Uberlândia, 12/12/1998, A1.

33. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 29 de março de 2006.

34. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 11 de maio de 2004.

quais as ONGs, os assistentes sociais, os psicólogos tentavam atribuir aos (e ao mesmo tempo remediar os) pobres.

Aos beneficiários dos programas sociais em Uberlândia, o que tendia (e ainda tende) a criar um componente de vinculação “subjéitiva” dominante entre “bolsistas” e poder público era justamente a idéia de que a melhoria da vida aconteceria se as regras, as orientações e as perseveranças na criação dos filhos, na “boa conduta” social, fossem fielmente seguidas.

J. A. mostrava-se otimista em relação às condições futuras dos filhos. Porém, a fala sobre o presente apresentava dimensões pouco positivas em relação à conquista do emprego.

J. A. É, o governo, essas lojas de Uberlândia, esse povo podia pegar e cadastrando as pessoas [...] e vê as pessoas das casas que estão desempregadas e poder ajudar a arrumar um emprego, né... porque... a minha menina já caçou muito emprego lá pra baixo e tudo... já mandou uns dois... fez currículo, as vezes não tem dinheiro pra mandar currículo vai... outras pessoas não querem pegar porque mora muito longe. [...] Porque eles estudam a noite e tudo... e seria bom pra ajudar também... tanto eles como a gente no caso.³⁵

O esforço de J. R., divorciado, pai de duas crianças bolsistas, para encontrar emprego, nas redondezas da cidade, não estava à época da entrevista surtindo efeito por motivos que iam além da idade avançada, das condições de saúde e da completa falta de serviços para ex-trabalhador agrícola.

J. R. Eu vim para esse bairro (Dom Almir). Eu não tinha pra onde ir, porque os fazendeiros mais velhos não estavam querendo... Eu saio daqui de manhã, pego a van ali de frente o Morumbi e desço aí por esses fundo aí de fazenda, vou até na beira do rio aí, no Pau Furado, pendo pra cá pro lado de Olhos d'Água, pra esses lado pra cá ou qualquer outros lado por aí, caçando serviço e não tem arrumado não tenho arrumado. Uns fala que tem seus empregado, outros fala que se tava com dois mandou um embora, porque a renda tá pouca. Outro fala: “eu tenho um serviço aí, mas se o ce for trabaiá pra mim, se nois combinar aí ce vai me esperar, ocê vai me dá lá uns trinta dia”... agora um cara igual tá eu... se eu trabaiá hoje eu tenho que quase pagar o comê de ontem, mais tenho que trabaiá com o dinheiro adiantado do que ser preciso fazê um serviço e ficar esperando trinta dia... se eu fô trabaiá e ficá esperando trinta dia eu não tenho situação... né?³⁶

J.A, J. R., e outros diversos pais entrevistados estavam desempregados e compreendiam o quanto não era fácil conseguir emprego morando em determinadas áreas da cidade, pois os “lojistas” não arrumavam parcerias e nem empregos para os periféricos. E as condições de vida impediam que alguns entrevistados, como J. R. pudessem iniciar e permanecer trabalhando durante um mês até receber o primeiro salário.

Para J. R., a dependência do programa Bolsa Escola, das doações de alimentos dos centros espíritas ou de entidades beneficentes parecia bastante consolidada, criando uma sensação de conformidade com os padrões e com as dificuldades

35. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 11 de maio de 2004.

36. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 07 de maio de 2004.

trazidas pela “faltas” do dia a dia.

Os pais e familiares de muitos bolsistas compartilhavam mais diretamente, em 2004, a instabilidade de serem ou não aceitos no Renda Cidadã, um programa municipal de distribuição de dinheiro à famílias pobres.

[...] para participar do Renda Cidadã, as famílias devem atender alguns requisitos, tais como renda familiar per capita de até meio salário mínimo, ter domicílio eleitoral na cidade e manter as crianças e adolescentes na escola. Cada família receberá R\$ 50,00 mensais. A Lei prevê ainda que as famílias que tiverem crianças, ou idosos ou portadores de deficiência poderão receber R\$ 20,00 a mais para cada membro, desde que não ultrapasse o valor máximo de R\$ 110,00. ³⁷

Este teve curta duração e foi substituído pelo Bolsa Família, quando da junção de diferentes programas sociais. Entretanto, relatos mostravam que muitos entrevistados tentavam, naquele período, adquirir outro benefício interligado ao mundo do trabalho: a aposentadoria; um direito não ligado às novas relações entre pobreza, poder público e vida urbana.

A probabilidade de que conseguissem tal direito passava pela comprovação das condições de saúde que colocaram, em suas entrevistas, como impedimento para continuarem a trabalhar. M. J., avó de duas crianças beneficiárias da Bolsa Escola, ex-cortadora de cana, lutava para se aposentar por invalidez.

Segundo o registro da entrevista:

M. J.: Trabalhei naquela usina de cana de Ituiutaba também muito tempo, mas nunca foi de carteira assinada. Então... igual esses dias pra trás eu tava conversando com um rapaz que teve aqui... ele conversando com nois de arrumá negócio na prefeitura, tirar xerox, fazer isso, fazer aquilo... que ele vai ver se me aposenta. Ele me perguntou, eu peguei e falei pra ele: não, eu trabalhei na usina da Lagoa da Prata, trabalhei na usina açucareira perto de Itumbiara mas nunca foi de carteira assinada. [...] A médica do postinho foi uma delas que eu pedi ela o atestado e ela falou que num dava. Essa semana eu tava pensando de eu ir lá e mostrar pra ela a situação que eu tenho na barriga que aí ela vai ver, e falá pra ela pra ela fazer... mandar fazer exame no meu braço, mandar bater uma chapa, um raio X pra ela ver o problema que eu tenho nos braços, que eu num tô brincando, num é brincadeira não. ³⁸

De certo modo, as narrativas, ao abordarem o campo da aposentadoria, revelavam trajetórias vividas como trabalhadores, como categorias ou grupos sociais, que constituíam um campo comum e significativo na cidade de Uberlândia.

Para uma mensuração quantitativa: em fevereiro de 2002, 6.789 famílias (cerca de 11 mil crianças) estavam cadastradas na Prefeitura de Uberlândia e começaram a receber R\$15,00 por aluno freqüente nas escolas públicas da cidade. Recebiam também, em mesma quantia, o “vale-gás”, pois, de acordo com as informações de Camila Lima Coimbra, o cadastro do primeiro era utilizado para organizar o pagamento do segundo. ³⁹

37. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 29 de março de 2006.

38. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 17 de abril de 2004.

39. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 29 de março de 2006.

Dados de 2007 mostram que cerca de 6 mil cestas do Pró-pão eram fornecidas para as famílias credenciadas. Em setembro do ano seguinte, 1.975 pessoas com renda mensal inferior a dois salários mínimos e consumo menor do que 20 mil litros de água/mês foram beneficiadas pela “Tarifa Social” da conta de água.⁴⁰

Em maio de 2004, 3,7 mil famílias recebiam em Uberlândia a “Renda Cidadã” e os cadastros que se tornariam referências para o Bolsa Família, iniciados no mês julho, esperavam obter um número de 17 mil famílias inscritas até agosto de 2002. A (quase) totalidade das pessoas entrevistadas, além de se encontrarem em condições econômicas para a obtenção dos benefícios, precisavam manter os filhos ou netos em escolas, comparecer a reuniões, receber visitas de assistentes sociais, etc. Estavam, portanto, em permanente contato com instituições e categorias que observavam os cumprimentos das regras estabelecidas e mudanças nas condições sociais; com poderes de indicar o corte de bolsas e outros programas.

Alessandro Portelli (1996) tem contribuído no campo das reflexões sobre os significados que podem ser atribuídos às “*representatividades*” apresentadas por narrativas que trazem construções textuais que se compartilham com expectativas e interpretações de outros sujeitos. Segundo o autor,

[...] no plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.⁴¹

Nos “horizontes de possibilidades” vividos por beneficiados vinham à tona algumas circunstâncias. Entre elas, a busca de uma fonte de renda permanente recebida por intermédio de relações de trabalho, ou por direitos provenientes das relações de trabalho vivenciadas. Entretanto, as normas e a observância dos comportamentos mostravam também outro lado das relações em torno dos programas, o risco da perda do benefício.

N.: Eu tô já tem três meses, quatro meses, eu acho, que estou desempregada. Eu tava trabalhando numa muié aí só que aí eu tava na experiência, eu tô com problema de pressão alta. Aí ela, porque eu tava na experiência ainda; a gente não pode faltar quando tá na experiência, né. Aí falou: ah, ce não pode ficar faltando, não sei o quê. Aí pegou e me dispensou, né. Porque eu tava com problema de pressão alta e aí tomo remédio controlado pra pressão, aí ela falou que desse jeito não tinha como eu ficá trabalhando, né. Aí eu peguei e parei, ela pegou e me dispensou aí eu parei. Aí de vez em quando eu faço uma faxina assim, mas agora esses dias não tá saindo nada. [...] Eu tenho. Tinha uma bolsa... ah não tinha a cesta, né? Eu tinha a cesta da prefeitura, só que aí eles cortaram. (pois, disseram que está construção estava de mais)[...] Uai, eles falou que nois tinha como

40. Fabrício Francis. “Tarifa Social beneficia quase duas mil famílias”. *Jornal Correio*, Uberlândia, 2/09/2003

41. Alessandro Portelli, “A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. *Revista Tempo*, (1996), VOL.:1, N.º 2, 70

construir um comércio, eu fiquei abismada. Muita gente aqui tá pegando a cesta que tem carro, que tem tudo e nois nem tem no que andá. Eles mandaram uma carta aqui e nois foi lá né, pra saber por que eles cortaram, eu falei assim: mais isso... isso num tem como. Meu esposo precisando... pegou... foi no médico levou atestado, precisando, falou: “Eu preciso dessa cesta gente. A maioria do povo que pega lá não precisa dessa cesta. Por que?” Assim, não é falando da vida dos outros, porque... muita gente pega essa cesta, pegava essa cesta... trocava em troca de bebida, de droga, de cigarro, porque nois já viu muitas vezes... gente pegando essa cesta de armazém, pegando a cesta vendendo ela, pro ce vê, né, tem condição?⁴²

Estes trechos foram retirados da entrevista realizada com uma beneficiada (N.), esposa de um pedreiro e mãe de duas meninas. Conheci N. em uma reunião do programa Bolsa Escola. A entrevistada morava em um barracão improvisado com tábuas e materiais usados, enquanto esperava sua futura casa e seu novo cômodo de comércio⁴³ ser terminado pelo marido.

Tal como os demais entrevistados, N. atribuía a si mesma uma conduta que acreditava ser “ética” e esperada dos beneficiados, quando em diálogo com sujeitos de outras categorias sociais. Mas, que por razão de uma reforma em casa para um possível comércio, parecia destoar do esperado aos que eram “formados e informados” em diversos locais e palestras proferidas por ONGs.

As origens das regras e a arquitetura das parecerias geraram formas de sociabilidade e expectativas de retorno por parte dos beneficiados que, em conjunto com a reorganização política e econômica advinda com o Plano Real, constituíram ambiências nas quais o coletivo (por exemplo, movimentos “Contra a Fome”) fora singularizado. Ou seja, tratado como desventura particular e não se apresentando os motivos que levam (e levaram) milhões à pobreza, permitiu-se (e ainda permite-se) transformar políticas públicas em foro íntimo de desorganização familiar, ou em desorganização social de indivíduos. Situações que “culpam os pobres por suas pobreza”.⁴⁴

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim ressalto que as ações realizadas pelo poder público e sociedade civil no combate à pobreza (e à fome), nos anos de 1990, em Uberlândia, às vezes coincidentes, às vezes dissidentes e opostas, contribuíram para as atitudes e as concepções (ora “assistenciais”, ora “cidadãs”) sobre o comportamento dos pobres. Tais percepções orientaram normas para o cadastramento e para as “contrapartidas” exigidas nos programas criados a partir de 2001 (Bolsa Escola, por exemplo) e àqueles colocados em prática durante os governos federais posteriores, que foram

42. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 10 de maio de 2004.

43. Ambos localizados no mesmo terreno em que ela morava na ocasião.

44. Pablo Gentili. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In “Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo” (Brasília, Ed. CNTE) 1996, 22

sintetizados no Programa Bolsa Família.

Percebidas nesse processo, as políticas públicas poderão ser analisadas para além de situações eleitorais ou clientelistas. Podem-se, ao localizá-las em dimensões históricas, compreender situações de dominação, de transformação e de organização social em um processo disputado e conflituoso que ultrapassou (tal como em 1995) discussões sobre condições de trabalho, moradia e vida, como também percepções sobre “solidariedade” e exploração sobre os trabalhadores.

Com a intenção de fazer lembrar algo que hoje está soterrado por leis pretensamente naturais da economia, tentei indicar neste artigo que em um tempo não muito distante a luta instaurada contra a direita liberal era contra a pobreza e a fome e a favor de outra organização social, a saber, baseada em valores que expressavam relações mais justas (ou pelo menos solidárias) de trabalho, alimentação e vida.

Por séculos vista como empecilho à modernidade e ao desenvolvimento do país, a pobreza foi abertamente tida, nos anos iniciais da década de 1990, como dialeticamente oposta às perspectivas abertas pela Constituinte e pelo Brasil pós Collor. Entretanto, deparamo-nos hoje com uma comemoração singular. De acordo com a Ministra Campelo, a pobreza faz-se agora aliada do modelo (desmemoriado e hegemônico) de capitalismo que vivemos.

REFERÊNCIAS

Artigos de Imprensa:

CAMPELO, Tereza. “Bolsa Família erradica miséria e ajuda Brasil a crescer, diz ministra”, REVISTA CARTA MAIOR, 2012, http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20683

FRANCIS, Fabrício. “Tarifa Social beneficia quase duas mil famílias”. Jornal Correio, Uberlândia, 2/09/2003.

GUARANYS, Ana. “Miséria atinge 10% da população”. Jornal Correio. Uberlândia. 20/11/1994.

Opinião. “Cestas Básicas”.Jornal Correio, Uberlândia, 20/03/2004.

Opinião. “Bolsa-Escola”, Jornal Correio, Uberlândia, 04/05/2002.

Opinião. “ONG Reação quer reduzir a maioria penal”. Jornal Correio, Uberlândia, 12/12/1998.

Opinião. “Pró-pão e Cidadania”. Jornal Correio. Uberlândia. 29/06/1995.

Opinião. “Cidadania pede a discussão do Pró-pão”. Jornal Correio, Uberlândia. 11/05/1995.

Opinião. “Prefeito lança oficialmente o Pró-pão”. Jornal Correio, Uberlândia, 12/04/1995.

Opinião. “Pró-pão”. Jornal Correio. Uberlândia, 12/04/1995

Opinião. “Só emprego muda “Mapa da Fome”, dizem vereadores”. Jornal Correio. Uberlândia. 22/11/1994.

Opinião. “Feijão gratuito já está nas panelas das donas-de-casa”. Jornal Correio. Uberlândia. 07/05/1993.

Opinião. “Critérios para a distribuição de feijão já foram acertados”. Jornal Correio. Uberlândia 20/04/1993.

Opinião. “Prefeitura distribui feijão grátis”. Jornal Correio. Uberlândia. 23/03/1993.

Opinião. “Distribuição de alimentos será no próprio bairro”. Jornal Primeira Hora. Uberlândia. 15/12/1987

Publicidade. “REAL”. Jornal Correio, Uberlândia, 4/07/1996

Entrevistas:

Camila Coimbra: Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 29 de março de 2006.

J. A. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 11 de maio de 2004.

J. R. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 07 de maio de 2004.

M. J. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 17 de abril de 2004.

N. Entrevista a MORAIS, Sérgio Paulo, Uberlândia, dia 07 de maio de 2004.

Bibliografia:

BICHIR, Renata Mirandola. Analisando a porta de entrada aos programas de transferência de renda: São Paulo e Salvador. Bahia, Análise & Dados, v. 19, p. 993-1008, 2010.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In _____ (Org.) “Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo”. Brasília: Ed. CNTE. 1996.

LAVINAS, Lena e BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. “Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife”. RJ, Dados, Revista de Ciências Sociais, VOL.43, N°.3, 2000

MORAIS, Sérgio Paulo. “Incluídos? Pobreza e políticas compensatórias em um Brasil rico”. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2012.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. Rio de Janeiro, Revista Tempo, v.1, n.º 2, 1996. , pp. 59-72,

STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. “Ação da cidadania contra a fome: identidades, sujeitos sociais e construção da democracia no território brasileiro”. In: Maria Geralda de Almeida; Eguimar Felício Chaveiro; Helaine Costa Braga. (Org.). Geografia e Cultura os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia. Editora Vieira, VOL: 1, 2008

TELLES, Vera da Silva. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. Salvador, Caderno CRH, 30/31, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. “A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social”. São Paulo Cadernos Abong, nº 3, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acolhimento 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66

Acolhimento 56, 67

ACOLHIMENTO 56

Alfabetização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 50, 55, 102, 104, 206, 221, 223, 228, 233, 234

Aluno adulto 68, 69, 70, 72, 74, 76, 78, 103

Alunos 3, 5, 33, 35, 37, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 127, 139, 141, 142, 151, 152, 153, 161, 172, 173, 174, 175, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 212, 220, 221, 223, 224, 228, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 250, 256, 257, 267, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Aprendizado 40, 55, 63, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 94, 116, 148, 150, 151, 201, 202, 225, 226, 239, 242, 256, 277, 301

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 40, 49, 50, 51, 52, 55, 60, 62, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 113, 117, 127, 148, 153, 154, 167, 168, 173, 175, 195, 196, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 232, 237, 239, 242, 243, 244, 247, 248, 251, 257, 274, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 301

Aprendizagem na EJA 98, 103

B

Base Nacional Comum Curricular 47, 135, 146, 168, 169, 172, 176, 177, 225, 229, 251, 252

C

competências 46, 49, 51, 167, 169, 172, 173, 174, 176, 197, 209, 223, 225, 226, 227, 236, 245, 250, 251, 256, 258, 294

Competências 168

Contexto político 155

Cultura do Açaí 14, 16, 20, 21, 23, 26, 27

Currículo 36, 60, 89, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 129, 172, 177, 179, 188, 189, 192, 195, 220, 229, 237, 275, 277, 281, 300, 304

D

Desenvolvimento Regional 14, 20, 23, 24, 25

Desinteresse 79, 80, 81, 83, 84, 114, 122, 139

Dificuldades 31, 44, 46, 47, 63, 68, 69, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 106, 112, 127, 129, 155, 157, 203, 206, 207, 210, 212, 231, 233, 241, 245, 287, 294, 295, 302

Distrator 209, 215, 217, 218, 219

E

Educação Infantil 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 117, 169, 201, 208

Educacionais 3, 9, 37, 64, 93, 94, 140, 141, 144, 168, 174, 186, 195, 200, 201, 203, 211, 236, 237, 241, 244, 246, 254, 271, 278, 290, 298, 301, 302, 304, 306, 308

EJA 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 43, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 98, 99, 101, 102, 103, 179, 180, 181, 186, 187, 192, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 279, 282

ENEM 140, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 298

Ensino 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 32, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 113, 114, 117, 118, 127, 135, 136, 138, 139, 140, 146, 150, 152, 153, 154, 162, 167, 169, 170, 172, 173, 175, 177, 179, 180, 181, 186, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 259, 271, 272, 276, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 293, 294, 301, 308

Ensino da arte 40, 41

Ensino Infantil 56, 60, 61, 62, 66

Ensino médio 10, 10, 12, 39, 43, 80, 91, 96, 135, 140, 169, 179, 181, 186, 187, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 221, 223, 226, 234, 238, 241, 243, 246, 250, 259, 279, 282, 283, 293, 294

Ensino Superior 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 241, 250, 254, 272

Erro 112, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 220

Escola sem Partido 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Estudo colaborativo 40

Evasão escolar 10, 12, 238, 244, 247, 275, 277

F

Formação de Professores 1, 2, 3, 7, 38, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 97, 165, 167, 169, 171, 174, 175, 177, 246, 251, 253, 254, 258, 259

Formação inicial e continuada de professores 87, 248, 251

G

Gênero 15, 17, 25, 29, 30, 35, 37, 38, 141, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 190

Gramsci 136, 137, 138, 144, 146

H

História oral 118

Homossexualidade 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 164

I

Inclusão 29, 31, 35, 37, 38, 40, 45, 85, 91, 103, 156, 161, 187, 202, 204, 207, 208, 235, 239, 300

Inglês 52, 148, 150, 151, 152, 153

Inteligência Coletiva 40, 41, 46, 47

J

Jogos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 83, 84, 86, 93, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 116, 117, 148, 151

L

Letramento 1, 2, 3, 4, 5, 48, 49, 51, 55, 101, 103, 104, 170, 247

Letramento Digital 48, 51

M

Material Dourado 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116

Maternidade precoce 8, 9, 11

Melhoramento Genético 14, 16, 20, 21, 23, 24

Metodologias Padronizadas 194

Múltiplas linguagens 46, 48

N

Nova Identidade do Professor 168

Números Racionais 105, 106, 107, 114, 116

O

ONG 52, 126, 127, 128, 133, 136

Orientação sexual 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 159, 160, 162

P

Partido 124, 127, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 162, 163, 164

Pobreza 9, 10, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134

Políticas Públicas 29, 34, 38, 43, 89, 91, 118, 132, 133, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 165, 166, 186, 196, 204, 232, 235, 237, 238, 245, 246, 247, 250, 269, 305, 306

Potencializador de aprendizagem 98

Práxis 35, 37, 87, 100, 198, 247, 301

Professores 1, 2, 3, 5, 7, 8, 33, 38, 49, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 112, 113, 139, 141, 142, 143, 163, 165, 167, 169, 171, 174, 175, 176, 177, 189, 190, 197, 201, 209, 212, 213, 220, 225, 231, 233, 237, 241, 242, 245, 246, 248, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 275, 277, 281, 284, 285, 287, 290, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 308

Profissão 81, 89, 95, 171, 174, 175, 179, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 253, 257

Projeto Jovem de Futuro 194, 195, 196

Psicologia 11, 24, 58, 67, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 191, 192, 193, 208

Q

QR code 105, 106, 107, 110

R

Reflexão 2, 5, 6, 7, 42, 48, 50, 59, 68, 74, 75, 77, 87, 88, 96, 143, 158, 161, 167, 172, 188, 189, 191, 192, 197, 198, 199, 207, 213, 221, 222, 225, 229, 230, 239, 242, 244, 251, 256, 257, 258, 278, 285, 286

Relação Público-Privado 194

S

Sensoriais 182, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207

Sexualidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 308

Smartphone 98, 99, 100, 102, 103

Socialização 4, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 206, 223, 235, 251

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 36, 43, 44, 45, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 130, 131, 133, 138,

147, 149, 150, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179,
181, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 202, 203, 210, 219, 221,
222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246,
251, 252, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 285, 287, 288, 290, 293,
294, 301, 302, 305

Transformações sociais 233

Transpessoal 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 191, 192, 193

W

Weber 136, 137, 138, 144, 147

 **Atena**
Editora

2 0 2 0